

Implicações da legislação para a docência em educação física das escolas icoenses (1980 - 1996)

Implication in legislation to teaching in Physical Education at icoenses school (1980-1996)

Paulo Rogério de Lima¹
Silvia Maria Nóbrega-Therrien²

Resumo:

Este estudo teve como principal objetivo identificar implicações que a normatização educacional brasileira trouxe para a docência em Educação Física nas escolas icoenses no período de 1980 a 1996. Para isso, realizamos uma pesquisa de caráter historiográfico, especificamente, permeando o campo da Nova História Cultural e de abordagem qualitativa, utilizando-se da História Oral Híbrida que consistiu no uso de alguns documentos (atos normativos) e da entrevista com seis sujeitos (três professores e três professoras) que lecionaram a Educação Física na Escola Ana Vieira Pinheiro ou no Colégio Senhor do Bonfim. Constatamos que no período de 1980 a 1996 ainda estavam em vigência muitos atos normativos promulgados em anos anteriores, que buscaram tornar a prática da Educação Física obrigatória em todas as escolas cearenses (icoenses), mesmo sem as condições favoráveis, dentre estas, as dificuldades de uma formação específica na área. Devido à carência de professores com curso superior na área, foram lotados profissionais com perfil de militares e/ou esportistas, ou simplesmente docentes para complementação de carga horária, sem ter uma identificação com o ensino dessa disciplina.

Palavras-chave: História; Educação física; Atos normativos; Escola; Docente.

Abstract:

This study had the main objective of identifying implications that Brazilian educational standardization carried to the teaching of Physical Education in icoenses schools in 1980 to 1996. For that, we perform research of historiographic character, specifically, permeating the field of New Cultural History and a qualitative approach, using the Hybrid Oral History that consisted of the use of some documents (normative acts) and the interview with six subjects (three male teachers and three female teachers) who taught Physical Education at Escola Ana Vieira Pinheiro or at Colégio Senhor do Bonfim. We found that in the period from 1980 to 1996, many normative acts enacted in previous years were still in force, which sought to make the practice of Physical Education mandatory in all Cearenses schools (Icoenses), even without the favorable conditions, among them, the difficulties of specific training in the area. Due to the lack of professors with higher education in the area, professionals with the profile of military and/or sportsmen were assigned, or simply professors to complement the workload, without having an identification with the teaching of this discipline.

Keywords: History; Physical education; Normative acts; School; Teacher.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Brasil. Professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2323-4008>. E-mail: progerio.sport@gmail.com.

² Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Valência, Espanha. Professora Assistente da Universidade Estadual do Ceará (UECE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Fortaleza, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9660-8314>. E-mail: silnth@terra.com.br.

1. Introdução

Neste artigo, tratamos de alguns elementos da legislação educacional brasileira e suas implicações para a Educação Física no contexto das escolas do interior cearense, sobretudo, nas localizadas no município de Icó-CE. Este estudo apresenta algumas reflexões e resultados contidos numa tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Com o foco no recorte temporal de 1980 a 1996³, percebermos uma restrita promulgação de atos normativos⁴ direcionados para a Educação Física em meio escolar, sendo que nessa época ainda estava em vigência alguns decretos, pareceres e leis expedidos no final do período da Ditadura Militar, especificamente, no final dos anos de 1960 e início da década de 1970. Tais atos buscavam assegurar ou estabelecer, por meio dos ditames legais, a obrigatoriedade e expansão da Educação Física no Ensino Superior (Lei nº 5.540/68) e Educação Básica (LDB nº 4.024/ 1961 e Lei nº 5.692⁵/1971).

Portanto, embora as falas dos participantes da pesquisa estejam contextualizadas no referido período, recorremos, principalmente, ao que foi estabelecido na normatização educacional promulgada na Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Dito isso, partimos do seguinte questionamento: que implicações a normatização educacional nacional desencadeou para a Educação Física nas escolas do município de Icó-CE, no período de 1980 a 1996?

Assim, estabelecemos como principal objetivo deste estudo, identificar implicações que a normatização educacional brasileira trouxe para a docência em Educação Física nas escolas icoenses no período de 1980 a 1996. Cabe mencionar que, no vasto território brasileiro, a normatização educacional pode ter desencadeado diferentes implicações na prática docente e

³ No referido estudo de tese, estabelecemos o recorte temporal de 1980 a 1996 para análise da normatização educacional com implicações na Educação Física escolar, sendo o marco inicial a década de 1980 que corresponde o momento, pelo menos no meio acadêmico e científico, de busca de renovação da Educação Física, e o marco final, o ano de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional nº 9.394.

⁴ Nosso entendimento de atos normativos está embasado no significado atribuído pelo Ministério da Saúde/Fundação Serviços de Saúde Pública, ou seja, são **Leis**: normas ou conjunto de normas elaboradas pelo poder legislativo; **Decreto**: trata-se de um elemento regulamentador da Lei; **Decretos-Lei**: são decretos que o chefe do Poder Executivo expede com força de lei para absorver as funções do legislativo eventualmente suspenso; **Portaria**: documento de ato administrativo de qualquer atividade pública que contém instruções a respeito da aplicação de leis e regulamentos, recomendações gerais, nomeações; **Resolução**: instrumento legal normativo elaborado por órgãos colegiados (conselhos); **Pareceres**: são os estudos prévios de uma resolução; **Estatuto**: trata-se de alguns aspectos do regulamento; e, **Regimentos**: todas as normas específicas dos desdobramentos de uma norma geral da Instituição (BRASIL, 1974 *apud* LOPES, 2017).

⁵ Há autores que concebem essa lei como uma LDB e outros como uma legislação de reforma de ensino. Por entendermos, dentre outros aspectos, que a referida lei se restringiu a fixar “diretrizes e bases” somente para o ensino de 1º e 2º graus, e não para a amplitude e abrangência da “Educação Nacional” de modo geral, optamos, nesta pesquisa, por não utilizar a nomenclatura LDB, ao nos reportarmos à referida lei.

organização da Educação Física, influenciadas pelas distintas realidades sociais, culturais, econômicas, políticas, dentre outras, nas quais estavam inseridas as escolas.

Nesse ensejo, é salutar o posicionamento de Rocha (2011, p.23) ao defender a realização de investigações com viés histórico sobre a Educação Física local, argumentando que “o Ceará, embora ligado ao contexto maior, possui particularidades que podem e devem ser estudadas, analisadas, comparadas e produzir novos conhecimentos, pesquisas e debates”. Essa autora ainda nos alerta que “[...] olhar a história da Educação Física por apenas um ângulo é perder de vista os estudos das diferentes realidades sociais que compõem o conjunto do país [...]”.

Nesse sentido, concordando com a referida autora, resolvemos direcionar nossa pesquisa para as escolas localizadas no município de Icó-CE. O referido município possui grande representatividade histórica para o Ceará, no qual destacamos que foi a terceira vila a ser instalada no território cearense, em 1738, logo após as vilas de Aquiraz⁶ (1713) e Fortaleza (1726), e que sua arquitetura urbanística foi projetada pela Corte Portuguesa em Lisboa, constituindo-se no sítio arquitetônico reconhecido e tombado, em 1998, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Lima, 2019).

Dito isso, destacamos que esta pesquisa é relevante por trazer contribuições para o campo da história da Educação Física, sobretudo, por enfatizar implicações da normatização educacional brasileira em escolas dos municípios interioranos do país, possibilitando a ampliação de nossos conhecimentos sobre facetas dos processos históricos da Educação Física por todo território nacional.

2. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa historiográfica é de abordagem qualitativa, na qual a busca por fontes históricas não teve como principal foco o levantamento de dados estatísticos e numéricos, mas o recolhimento de informações na forma de palavras e imagens para que servissem de indícios e evidências para alcançarmos uma compreensão da realidade local. Nossa entendimento do que sejam dados qualitativos está ancorado em Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.34) quando se referem que estes devem nos fornecer “[...] descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações”.

O caráter histórico desta pesquisa situa-se, principalmente, no campo da Nova História Cultural. Para Lopes e Galvão (2010, p.32), a referida perspectiva histórica “[...] tem levado os

⁶ A vila de Aquiraz foi criada em 13 de fevereiro de 1699, mas foi efetivamente instalada em 27 de junho de 1713.

pesquisadores a temas antes considerados pouco nobres no interior da própria história da educação, ampliando os objetos, as fontes e as abordagens tradicionalmente empregados na pesquisa historiográfica”.

Ainda sobre a Nova História Cultural, Pesavento (2003, p.29) ressalta que a reconstituição dos acontecimentos pelo historiador considera a subjetividade humana. Para essa autora, os historiadores interpretam o mundo a partir das razões e sentimentos, sendo que eles devem ter consciência de que “[...] a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões”.

Metodologicamente, ressaltamos que trabalhamos com a História Oral híbrida, que possibilita o entrecruzamento de fontes. Para Meihy e Holanda (2015, p.129), na História Oral híbrida “[...] preza-se o poder de “conversa”, contatos ou diálogos com outros documentos, sejam iconográficos ou escritos como: historiográficos, filosóficos ou literários”. Assim, utilizamos fontes documentais escritas (atos normativos) e orais (relatos dos sujeitos).

Esclarecemos que, a maioria da normatização, foi encontrada em páginas eletrônicas de responsabilidade de órgãos governamentais (www.planalto.gov.br e www2.camara.leg.br). Desta feita, destacamos um agrupamento formado pela Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975 e Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, que tratam-se de normativos que instituíram normas relacionadas aos desportos, enfatizando aspectos da política e plano de Educação Física e desporto que de certa forma, influenciaram a Educação Física escolar, e outro agrupamento constituído, principalmente, pela LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, Lei nº 9.636, de 31 de outubro de 1972, que são os normativos direcionados a obrigatoriedade da matéria de Educação Física na escola. Cabe frisar que não analisamos esses documentos em sua completude, apenas as partes que interessavam para o desenvolvimento desse estudo.

Em relação ao *lócus* da pesquisa, definimos os dois estabelecimentos escolares mais tradicionais do município de Icó-CE: o Colégio Senhor do Bonfim e a Escola Ana Vieira Pinheiro, sendo que o primeiro foi criado em 1938, pela Congregação Religiosa das Filhas de Santa Teresa de Jesus, que possui sede no município de Crato-CE, e o último, teve sua origem como o primeiro Grupo Escolar de Icó-CE, instalado em 1922 (Lima, 2019).

Nesse ensejo, ocorreram visitas aos referidos estabelecimentos de ensino para o levantamento de nomes do(a)s professore(a)s que ministraram a matéria de Educação Física, a partir, principalmente, da análise dos relatórios anuais finais do período de 1980 a 1996. Após aquisição dos nomes, estabelecemos contato com os sujeitos, de modo, que seis docentes

aceitaram participar do estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No quadro 1, apresentamos algumas características dos sujeitos participantes da pesquisa.

QUADRO 1 – Sujeitos da pesquisa

Participante	Instituição de ensino	Gênero	Idade	Quantidade de anos na disciplina	Situação
Pedro	Colégio Senhor do Bonfim	Masc.	64	11 anos (de 1982 a 1992)	Ativo em outra função
Paulo	Escola Ana Vieira Pinheiro	Masc.	64	6 anos (de 1983 a 1987 e 1996)	Aposentado
Gardênia	Escola Ana Vieira Pinheiro	Fem.	74	2 anos (de 1990 a 1991)	Aposentada
Sandra	Escola Ana Vieira Pinheiro	Fem.	69	4 anos (de 1991 a 1994)	Aposentada
Luísa	Escola Ana Vieira Pinheiro	Fem.	67	4 anos (de 1991 a 1994)	Aposentada
Fabrício	Colégio Senhor do Bonfim	Masc.	53	2 anos (de 1994 a 1995)	Ativo em outra função

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Em relação à distribuição dos sujeitos pelas instituições de ensino, podemos perceber que participaram da pesquisa dois docentes que trabalharam no Colégio Senhor do Bonfim e quatro que ministraram aulas de Educação Física na Escola Ana Vieira Pinheiro. Esta distribuição um pouco desproporcional, justifica-se pelo quantitativo de professores identificados e localizados dentro dos critérios estabelecidos, sendo um número bem maior pertencente à Escola Ana Vieira Pinheiro.

Considerando o gênero, no geral, participaram de nossa pesquisa três homens e três mulheres, contudo a concentração feminina esteve vinculada a Escola Ana Vieira Pinheiro e a maioria masculina ao Colégio Senhor do Bonfim. Referente à idade, notamos que os sujeitos da pesquisa possuem entre 53 e 74 anos, sendo que a maioria (quatro) se concentra na faixa etária dos 60 anos.

A quantidade de anos que o(a)s participantes atuaram com a Educação Física dentro do recorte temporal de nosso estudo variou entre 2 (tempo mínimo estabelecido) a 11 anos, sendo que a maioria teve no mínimo 4 anos de vivências na docência da referida disciplina.

Atualmente (2022), quatro sujeitos se encontram aposentados, e dois continuam em ativa, só que em outras funções, um como suporte técnico e outro de forma autônoma, trabalhando como palestrante.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e individualizada, no período de maio a junho de 2022, em locais e horários escolhidos pelo(a)s professore(a)s participantes, sendo que nos dias das entrevistas, buscamos assegurar as condições sanitárias devido à pandemia da Covid-19, nos dirigimos aos locais com passaporte de vacinação (na época com a comprovação das três doses de vacina tomadas), utilizando máscara e com álcool gel para constante higienização das mãos e materiais (caneta, celular, dentre outros) e procurando respeitar o distanciamento do entrevistado.

Nesse ensejo, destacamos que a duração das entrevistas variou entre 15 e 25 minutos e foram gravadas pelo aplicativo gravador de voz do celular. Após procedermos com a transcrição, retomamos o contato com o(a)s participantes para realizarmos o processo de validação das entrevistas.

Em relação aos procedimentos éticos da pesquisa, realçamos que nos amparamos em duas resoluções do Conselho Nacional de Saúde, a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e especialmente, a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis na área de desenvolvimento de nosso estudo, as Ciências Humanas e Sociais. Assim, destacamos que os sujeitos participantes de nosso estudo, após explicação da finalidade e das condições de participação, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinaram também o Termo de validação da entrevista e para preservar suas identidades foram utilizados codinomes. Por fim, destacamos que esta pesquisa passou pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará, por meio da Plataforma Brasil, recebendo o parecer de aprovação (favorável) sob nº 5.372.878.

3. A educação física na legislação e suas implicações no contexto escolar cearense

Conforme destacamos na introdução deste artigo, o período de 1980 a 1996 foi caracterizado pela restrita promulgação de atos normativos para regulamentação da Educação Física em meio escolar, estando em vigência alguns decretos, pareceres e leis expedidas na época da Ditadura Militar. Tais atos procuraram estabelecer a obrigatoriedade e expansão da Educação Física para todas as escolas brasileiras.

Referente à prática da Educação Física na Educação Básica foi estabelecida no artigo 22 como obrigatória nos cursos primário e médio para alunos com até 18 anos de idade na LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e no artigo 7 da Lei nº 5.692⁷, de 11 de agosto de 1971, foi definida sua inclusão obrigatória nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Em âmbito estadual, a Lei nº 9.636, de 31 de outubro de 1972, dispôs sobre o sistema de ensino cearense, e praticamente reproduziu o texto de muitos dos artigos que foi determinado na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, sendo que, em seu artigo 6º, ratificou a obrigatoriedade da prática de Educação Física nos estabelecimentos de ensino cearenses de 1º e 2º graus.

Em ambas as leis, foi estabelecida a formação mínima para o exercício do magistério na Educação Básica, determinando que para atuar de 1ª a 4ª séries, no ensino de 1º grau, deveria ter habilitação específica de 2º grau; de 1ª a 8ª séries, no ensino de 1º grau, deveria ter habilitação específica de grau superior, obtida em curso de graduação de curta duração, sendo que para 5ª e 6ª séries, era permitida a atuação quando o profissional tivesse habilitação obtida em quatro séries do 2º grau ou, em três com complementação de estudos adicionais; e em todas as séries do ensino de 1º e 2º graus, ter habilitação específica em cursos de graduação de licenciatura plena.

Mediante o estabelecido nessas leis, percebemos que se buscou, por força dos dispositivos legais, tornar a prática de Educação Física obrigatória nos currículos das escolas de 1º e 2º graus cearenses, mas não se mencionou as condições da escola para tal oferta e a preparação dos profissionais para atuação. Por mais que a legislação estabelecesse uma formação mínima para o exercício da docência, o ideal para todas as séries da Educação Básica era a habilitação específica em curso superior de licenciatura plena.

Contudo, percebemos que essa realidade não era específica da educação cearense, mas permeava todo território nacional. Paiva (2004) nos explica que primeiro a Educação Física se tornou uma disciplina escolar para depois aspirar ser uma disciplina acadêmica. Em suas palavras, “é pela sua escolarização que crescem os clamores sociais em torno da necessidade de formação específica, em torno da qualificação dessa atuação [...]” (Paiva, 2004, p.65).

Nas escolas cearenses, especialmente da Região do Cariri, próxima a Região Centro-Sul na qual o município de Icó está localizado, é destacado por Rocha, Sousa e Alves (2014) que para atender a obrigatoriedade da Educação Física prevista na legislação nacional, os

⁷ Embora o artigo 87 revogasse alguns artigos da LDB nº 4.024/1961, o artigo 22 não estava entre eles, permanecendo, portanto, em vigor.

instrutores militares, as normalistas e alguns docentes ditos “práticos” dotados de vivências e conhecimentos da prática de esporte, ginástica, exercícios e atividades físicas, mesmo sem possuir uma formação específica, lecionavam essa matéria.

Para Rocha, Sousa e Alves (2014), foi sob a égide da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540) que começaram a emergir as universidades em solos cearenses, destacando-se a fundação da Universidade Vale do Acaraú- UVA (1968), Universidade de Fortaleza-UNIFOR (1973), Universidade Estadual do Ceará- UECE (1975) e a Universidade Regional do Cariri – URCA (1986), esta última já foi criada com previsão de oferta do curso de Educação Física, no entanto, a instalação do referido curso só ocorreu a partir de 2003.

Nesse ensejo, a UNIFOR foi a primeira universidade a ofertar a formação em Educação Física em nível superior no estado do Ceará, pois, no seu ano de fundação, em 1973, já começou a funcionar com a criação do curso de Educação Física. De acordo com Souza (2022) o referido curso teve sua origem vinculada ao Centro de Ciências da Saúde, contando, inicialmente, com um corpo docente de 17 professores que foram admitidos sem concurso, sendo ofertadas 30 vagas para formação da primeira turma, com a forma de ingresso por meio de aprovação classificatória obtida em prova de vestibular.

Cabe frisar que, por se tratar de uma instituição de ensino superior particular, inferimos que o acesso a tais vagas ficou restrito a uma parcela pequena da população cearense, com condições financeiras para arcar com as despesas oriundas das mensalidades, materiais pessoais para prática, materiais didático-pedagógicos para estudos, deslocamentos para os locais de aulas práticas, dentre outros, sendo que para quem morava no interior, ainda tinha o gasto adicional com transporte, alojamento e alimentação. Assim, a chegada do curso superior em Educação Física em solos cearenses não implicou, necessariamente, numa ampla oportunidade de formação de civis.

Antes da oferta de curso acadêmico dessa área, no território cearense, ocorreram habilitações provisórias e aligeiradas, em meados da década de 1960, por meio do Programa de Exame de Suficiência e também pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), que realizaram exames e cursos na cidade de Fortaleza (SOUZA, 2022).

Os cursos da CADES e os Exames de Suficiência foram importantes por oportunizar a alguns civis interessados e àqueles que ensinavam de forma “leiga”, uma preparação para atuar com o ensino de Educação Física, uma área dominada, principalmente, pelos instrutores militares e alguns esportistas. De acordo com Pontes (2013), para acontecer o curso, o estado do Ceará organizava um pedido oficial e o Ministério da Educação e Cultura enviava um

membro para realizar uma vistoria das condições e necessidades locais, sendo que à forma de ingresso dos participantes se dava por meio de inscrição voluntária ou indicação, podendo participar pessoas que residiam na capital e no interior.

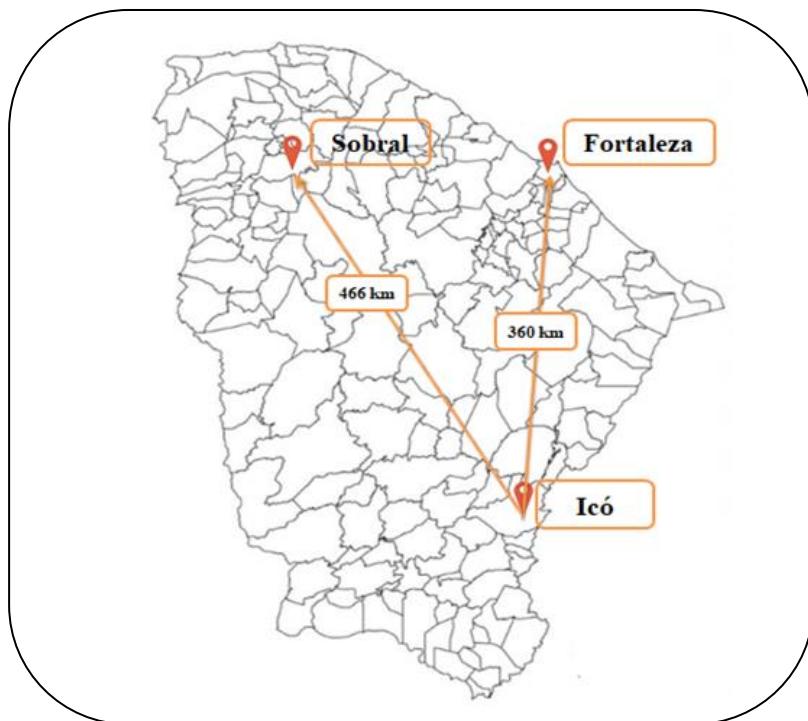
Contudo, havia uma série de obstáculos para quem residia no interior cearense, que perpassavam por despesas com deslocamentos, alimentação, alojamentos e àqueles que já atuavam tinha que abdicar de suas férias para fazer o curso, pois estrategicamente, era realizado nesse período. Para Souza (2022, p.142), havia uma influência militar muito forte na perspectiva formativa dos cursos da CADES e do Exame de suficiência, com os professores sendo preparados para reproduzir aquilo que era proposto, caracterizado por uma “[...] formação técnica com repetições de movimentos, de gestos e de exercícios pré-estabelecidos”.

Vale ressaltar, que a professora Valba Gondim de Sousa⁸ da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, mesmo com grandes desafios, participou do curso da CADES de Educação Física, no qual se apropriou de conhecimento, técnicas e práticas, passando a replicar na Região do Cariri e, consequentemente, a ecoar em outras Escolas Normais circunvizinhas (Rocha; Bezerra, 2006).

Depois de 13 anos da criação do primeiro curso de nível superior em Educação Física da UNIFOR (1973), foi que ocorreu abertura de outro em solos cearenses, dessa vez, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no município de Sobral, que iniciou suas atividades em 11 de setembro de 1986. Posteriormente, em 13 de janeiro de 1993, a Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, também iniciou seu curso de Educação Física (Souza, 2022).

⁸ Ex-aluna da Escola Normal Agrícola de Juazeiro do Norte, torna-se professora de Educação Física da instituição, posteriormente, vice-diretora, ao lado da diretora Amália Xavier (ROCHA; BEZERRA, 2006)

FIGURA 1 – Distância de Icó para Sobral e Fortaleza



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *Google Maps*, 2023.

Assim, percebemos que no período de 1980 a 1996, tínhamos apenas três cursos em todo o estado do Ceará que ofertavam formação de Educação Física em nível superior, e todos estavam localizados distante do município de Icó. Pelas rodovias, o município de Sobral se encontra distante⁹ aproximadamente 466 km e o de Fortaleza possui uma distância de 360 km de Icó.

É relevante frisar que, mesmo com o início da formação de profissionais de Educação Física em nível superior pela oferta da UNIFOR, a carência de professores nessa matéria na Educação Básica não foi suprida. Pontes (2013) identificou que, inicialmente, a maioria dos profissionais que começaram a ser formados na UNIFOR optou por atuar com o esporte de alto rendimento, sendo que a minoria optou pela atuação em estabelecimentos escolares e instituições de ensino superior da capital cearense.

É importante ressaltar que, no início da década de 1970, houve a promulgação de um dos documentos mais descriptivo e diretrivo em relação ao ensino da Educação Física nas escolas, o Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, que regulamentou o artigo 22 da LDB nº

⁹ De acordo com o aplicativo do *Google Maps*.

4.024/1961, e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540/1968. Embora se remetesse a regulamentação do disposto nos artigos supramencionados, na introdução do referido decreto, pedia-se para considerar também a redação dada pelo artigo 7 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, isto é, aplicação do decreto estava direcionada também para esta Lei.

O Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, buscou direcionar o ensino obrigatório da Educação Física contemplando as etapas da Educação Básica ao Ensino Superior. Cabe destacar que foi um documento normativo extremamente criticado pelo meio acadêmico e científico, principalmente, a partir da década de 1980, por apresentar uma visão restrita da Educação Física, dentre outros aspectos, a concebia como uma atividade com foco no desenvolvimento da aptidão física. Contudo, na época, podemos considerar como uma espécie de documento basilar para o ensino de Educação Física, que vigorou por todo período de recorte temporal de nosso estudo (1980 a 1996).

O referido decreto foi composto por 23 artigos, distribuídos em 6 títulos. Esse decreto detalhou vários aspectos relacionados ao ensino da Educação Física na escola, incluindo determinações de contextos organizacionais e elementos pedagógicos da prática docente. Assim, concordamos com Lucena (1994, p.3) quando menciona que “[...] a interferência legal não se restringia a um projeto legislativo que se configurava anterior ao projeto pedagógico: ela ditava também o conteúdo da matéria”.

O título I do Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, estava direcionado ao relacionamento com a sistemática da Educação Nacional constituído pelos Artigos 1º e 2º, nos quais a Educação Física foi concebida como uma atividade escolar regular, que deveria estar presente nos currículos dos cursos de todos os graus de ensino, com caráter desportivo e recreativo, sendo utilizada com a finalidade de desenvolvimento e aprimoramento físico, moral, cívico, psíquico e social do aluno.

Sobre essa definição como uma atividade escolar, Castellani Filho (2020) destaca que parte de uma concepção restrita da Educação Física, limitando-a ao fazer pelo fazer, estando presente na escola sem a necessidade de ser refletida, pensada e teorizada. De certo modo, num contexto de obrigatoriedade da Educação Física em todos os graus de ensino e de carência de professores da área, concebê-la como atividade repassou a ideia, que precisaria de pouca preparação (ou quase nenhuma) para conduzi-la na escola, necessitando apenas de profissionais que pudessem reproduzir ou controlar os afazeres. Assim, não nos parece de tudo uma ingenuidade de concepção, nos parece mais uma estratégia de governo para a Educação Física estar presente na escola, mesmo com algumas condições desfavoráveis.

No entendimento de Castellani Filho (2010, p.83), a Educação Física concebida como atividade curricular evidencia um caráter instrumental que embasava a educação da época, enfatizada na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Para ele, o referido caráter instrumental era demonstrado pela tendência tecnicista de ensino, que inicialmente, zelava “[...] pela preparação, recuperação e manutenção da força do trabalho, buscando, com esse proceder, assegurar ao ímpeto desenvolvimentista então em voga mão de obra fisicamente adestrada e capacitada”.

Salientamos que, além dos atos normativos direcionados para o ensino da Educação Física na escola, em meados da década de 1970, houve a promulgação de atos normativos que trataram sobre a Política Nacional de Educação Física e Desporto e a organização do esporte escolar. A Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que instituiu normas gerais sobre desportos, por meio do artigo 5º estabeleceu que a Política Nacional de Educação Física e Desporto devia ser definida pelo Poder Executivo para contemplar os objetivos de: aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível dos desportos em todas áreas, implantar e intensificar a prática dos desportos de massa, elevar o nível técnico-desportivo nacional e difundir os desportos para ocupação do tempo de lazer.

O artigo 6º da referida lei mencionou que a responsabilidade de elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desporto era do Ministério da Educação e Cultura, instituindo que o referido plano deveria ter como prioridade o desenvolvimento de programas que estimulassem à Educação Física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível.

Sobre a referida lei, Castellani Filho (2010, p. 85) enfatiza que ao apontar como um dos objetivos básicos da Política Nacional de Educação Física e Desportos o aprimoramento da aptidão física da população, demonstra uma compreensão de “saúde em seu aspecto biofisiológico”, externando-se também uma faceta voltada para questões articuladas a “performance esportiva”, dissimulando, na Educação Física, a “[...] ordem da produtividade, eficiência e eficácia [...]”.

Para regulamentar a referida lei, foi promulgado o Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, que em seu artigo 6º determinava que a finalidade da Política Nacional dessa área era orientar o desenvolvimento da Educação Física e dos desportos em todo o país, sendo necessário para isso, a elaboração, coordenação e fiscalização da execução de um Plano Nacional sob incumbência de órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura.

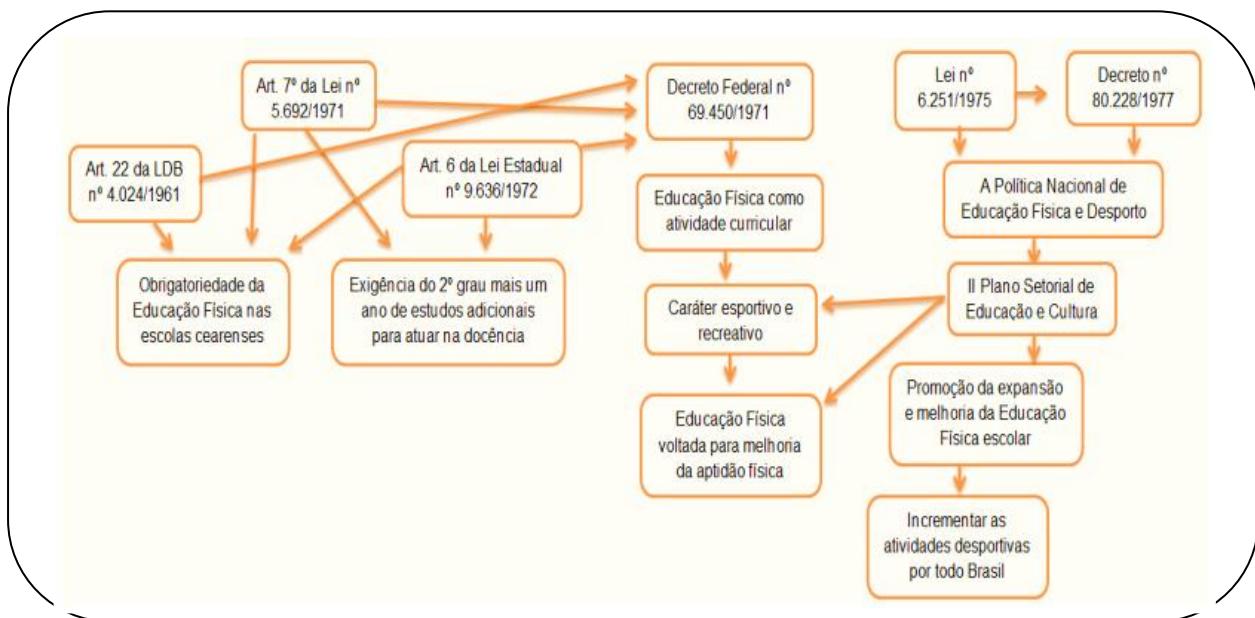
Desta feita, em meio a esta normatização, o Ministério da Educação e Cultura lançou para efetivação em todo território, o II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975/1979), com a finalidade de “[...] consubstanciar medidas operacionais decorrentes dos documentos básicos do MEC: Política Nacional Integrada da Educação, Política Nacional de Educação Física e Desportos e Política Nacional de Cultura” (BRASIL, 1976, p.3).

Nesse ensejo, o MEC se prontificou em prestar assistência para desenvolver o desporto e em acompanhar o preparo físico nas escolas. Assim, foi estabelecido como objetivo geral para Educação Física e desportos, melhorar a aptidão física da população, figurando entre os objetivos específicos, a promoção da expansão e melhoria da Educação Física escolar, e a busca por “Incrementar as atividades desportivas de massa, estendendo-as a indivíduos de todas as regiões e camadas sociais (BRASIL, 1976, p.38)”.

Para Gomes (2021, p.105), a Educação Física tinha um papel fundamental para o Governo nesse período, ser capaz de estabelecer a relação esporte, coesão social e condições físicas necessárias para o trabalho, sendo utilizada para moldar comportamentos e forjar a desejada coesão social por meio de pessoas fortes, disciplinadas de acordo com o que o Brasil necessitava, isto é, “[...] apenas ‘agir’ em prol do progresso econômico do país”.

Mediante o contexto normativo enfatizado, apresentamos uma figura com uma síntese da propositura da Educação Física em alguns atos normativos e na Política Nacional de Educação Física e Desporto.

FIGURA 2 – Síntese da propositura dos atos normativos e política nacional



Fonte: Elaborado pelo autor com base em atos normativos, 2023.

É nesse cenário de obrigatoriedade da Educação Física nas escolas cearenses de 1º e 2º graus; da pouca oferta de formação em nível superior da área; da concepção de Educação Física como atividade de caráter desportivo e recreativo com a finalidade de melhoria da aptidão física dos alunos; de exigência de formação mínima para exercício da docência das séries do 1º grau pautado na conclusão do 2º grau, mais a complementação com estudos adicionais; e de articulação com a Política Nacional de Educação Física e Desporto, que se delineavam os caminhos normativos da Educação Física nas escolas icoenses.

Nesse ensejo, percebemos os meandros em torno da Educação Física nas escolas cearenses, no qual a legitimação de seu ensino se encontrava por força da legislação. Concordamos com Bracht (1997, p.37) quando ressalta que a melhor forma de legitimar a Educação Física é apresentando “[...] argumentos plausíveis para a sua permanência ou inclusão no currículo escolar, apelando exclusivamente para a força dos argumentos, declinando do argumento da força”.

4. Implicações da normatização na docência de educação física nas escolas icoenses a partir dos relatos dos sujeitos (1980-1996)

Pelo apresentado no tópico anterior, as escolas icoenses estavam na incumbência de ofertar de forma obrigatória à prática de Educação Física por força dos dispositivos legais e das

políticas nacionais mesmo diante de um cenário de carência de profissionais formados na área. Isso implicou num dilema vivido pelos responsáveis dos estabelecimentos de ensino que a partir, muitas das vezes, de indicações, percepções leigas e convicções sobre a Educação Física na escola lotava um profissional nessa matéria.

É permeando esse contexto, que referente às exigências para ser lotado na escola com a Educação Física, o professor Paulo, que no início da década de 1980 ministrou aulas na Escola Ana Vieira Pinheiro, nos contou que:

Naquela época, era quem tivesse qualquer curso, porque o professor de Educação Física com formação específica não existia [...] Eu entrei porque tinha experiência com os cursos que fiz no quartel [...] Na época que eu comecei, eu comecei na marra, aí comecei com minha experiência, aí eu fui pesquisando e fui fazendo, porque antigamente só quem era professor de Educação Física aqui era soldado, porque o soldado fazia aquele exercício dele lá no quartel, aí pegava o soldado ou cabo e botava, era assim, mas ele não tinha a teoria, era mais só a prática (PAULO, 01/06/2022).

A lotação do docente Paulo, na Educação Física, se deu por ter obtido experiências em atividades militares, no período que morou em Fortaleza, inclusive de forma entusiasmada, nos falou das competições esportivas que participou na época e das conquistas alcançadas. Notamos que, além das vivências nos exercícios físicos do cotidiano do quartel, necessárias à preparação para as atribuições militares, o docente também se empenhou nas atividades esportivas, adquirindo conhecimento e habilidades para a prática dos esportes. O ingresso do referido docente na Educação Física ocorreu seguindo uma tendência nacional da época, visto que tantos os militares como esportistas gozavam de prestígio para dar aula dessa matéria.

O relato do referido professor coaduna com o apontado por Rocha, Sousa e Alves (2014) em relação ao papel dos instrutores militares nas escolas do interior cearense, especificamente na Região do Cariri, onde ocupavam uma posição de grande prestígio social na comunidade escolar do município de Crato, com destacada atuação dos membros do Tiro de Guerra nº 10-004, no desenvolvimento e envolvimento dos alunos nos movimentos da ginástica e exercícios físicos militares e, ainda, no fomento de práticas esportivas que transcendiam o meio educacional.

Contudo, Rocha (2011) menciona que no Ceará, especificamente em Fortaleza, no processo de inserção da Educação Física nas escolas, tiveram outros profissionais que também lecionaram essa matéria, como os acrobatas circenses, os mestres de ginástica e as normalistas. Por sinal, constatamos um notável trabalho realizado pelas normalistas no Colégio Senhor do

Bonfim, que lecionando no curso normal, tinham uma prática de adoção de um caderno¹⁰ de planejamento de Educação Física, no qual anotavam várias atividades para realizarem posteriormente, no ensino primário (LIMA, 2019).

O professor Pedro, que ingressou nos anos 1980, na docência em Educação Física, no Colégio Senhor do Bonfim, nos revelou que:

Eu já tinha um curso de ginástica escolar e era atleta, eu era jogador de futebol [amador] [...] Na minha época eu fiz um curso de ginástica escolar. Um curso que foi dado por uma professora de Educação Física, lá em Cajazeiras (Paraíba), aí eu fiz esse curso de ginástica escolar e por intermédio desse curso eu dava minhas aulas de ginástica escolar e as aulas de Educação Física (PEDRO, 27/05/2022).

Embora o professor Pedro destaque a importância do curso de ginástica escolar que fez na época que ensinava a Educação Física, percebemos que, em seu ingresso, no início dos anos 1980, detinha experiência como jogador “amador” de futebol de campo, inclusive participou de vários campeonatos intermunicipais. O curso que o referido docente realça foi denominado de “curso de planejamento em Ginástica Escolar”, promovido pela Coordenadoria de Educação Física, Desportos e Recreação (CODEF) ligada a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, com duração de 5 dias e carga horária de 40 horas, ocorreu no período de 12 a 16 de março de 1990, na cidade de Cajazeiras.

O docente Fabrício, que lecionou aulas de Educação Física, no início dos anos 1990, no Colégio Senhor do Bonfim, pontuou o seguinte, sobre os requisitos para sua lotação nessa matéria:

Na realidade eu não sei dizer, porque eu não tinha formação, eu tinha muito conhecimento porque eu passei muito tempo numa academia de artes marciais e conhecia muito bem algumas coisas e quando me chamaram, porque eu treinei alguns times de vôlei no município, quando me chamaram, não houve nenhum requisito, só ouviram falar que eu fazia um bom trabalho na Educação Física com pessoal do vôlei e pronto né, não teve avaliação, não teve teste, não teve pergunta, apenas me chamaram e a gente foi trabalhar (FABRÍCIO, 01/06/2022).

Embora o professor Fabrício tenha argumentado não possuir clareza sobre o porquê de sua lotação em Educação Física, ao longo de sua fala, revela vivências articuladas às atividades esportivas adquiridas numa academia de artes marciais e no treinamento de uma equipe de voleibol do município de Icó.

Outro detalhe de seu relato, é o fato de não ter passado por nenhum tipo de processo avaliativo para ser contratado pelo colégio, destacando que ocorreu o convite para ensinar a

¹⁰ Para mais detalhes sugerimos a leitura das páginas 149 a 152 da dissertação de mestrado “A história da Educação Física no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983)”.

Educação Física, mas sequer houve uma seleção por meio de entrevista, prova de currículo ou algo do tipo.

Em relação às professoras Sandra, Gardênia e Luísa que ministraram aulas na Escola Ana Vieira Pinheiro, no início da década de 1990, percebemos que tiveram ingresso de forma similar, sendo lotadas na docência de Educação Física para complementação de carga horária. A primeira frisou: *“comigo mesmo não exigia nada não, era só para dar as aulas na época e pronto, e depois quando completasse o horário soltava os meninos e pronto. Era para completar a carga horária”* (SANDRA, 27/05/2022). A segunda relatou: *“eu acho que era para complemento porque no currículo precisava da matéria de Educação Física. Foi mesmo para complementar as aulas, [...] precisava de Educação Física e aí a gente deu um sim”* (GARDÊNIA, 01/06/2022). E a terceira destacou: *“eu fui colocada, numa questão de complementação de carga horária na época”* (LUÍSA, 01/06/2022).

Nesse ensejo, Gardênia ressaltou que sua lotação principal era na disciplina de Geografia, Joana Luísa mencionou que sua carga horária maior era em Língua portuguesa e a de Sandra era em Ciências. Notamos que, diferente dos demais sujeitos de nossa pesquisa, nos parece que as três professoras demonstraram não se identificar com o ensino da Educação Física, sendo lotadas nessa matéria para fechar sua lotação e não ter que ir para outra escola, ou correr o risco de ficar sem trabalho.

Cabe destacar o relato da docente Sandra, ao recordar das dificuldades nessa matéria. Ela nos falou que:

Eu achava que a maior dificuldade... Eu achava que era em tudo mesmo, está entendendo? Porque eu nunca é... Eu não estava preparada para assumir aquelas aulas... Eu só recebi para não poder ficar sem a carga horária completa. O diretor chamava e dizia você tem que assumir para completar sua carga horária (SANDRA, 27/05/2022).

Nessa fala da docente, percebemos um tratamento desprezível dado a Educação Física, na escola, na época, caracterizado pela desvalorização e uma visão leiga do ensino da matéria, demonstrando a falta de conhecimento em relação à importância da Educação Física escolar por parte da gestão e a sujeição do corpo docente nesse processo.

Diante dos relatos dos professores em relação ao ingresso na docência da matéria de Educação Física, destacamos o mencionado por Bernardi (2008), quando ressalta que:

Mesmo com referências histórico-culturais da profissão docente desenvolvidos no decurso do tempo, cada professor produz-se professor de maneira peculiar, ímpar, em consonância com os estímulos e experiências, assim como das exigências do contexto de atuação (BERNARDI, 2008, p. 67)

É essencial o que frisa essa autora, ao abordar que o processo de constituição do professor é peculiar de cada um e considera estímulos, experiências e exigências contextuais. Nesse ensejo, analisando os relatos dos docentes sobre o ingresso na docência de Educação Física, percebemos que os estímulos foram diferentes e as experiências distintas, alguns professores já detinham vivências em modalidades esportivas, exercícios militares ou em academias, que, de certa forma, lhes davam suporte para replicar e/ou reproduzir nas escolas algumas dessas atividades vivenciadas.

Numa situação mais complexa, estava o grupo de professoras que relataram ser lotadas apenas para complementação de carga horária, que demonstraram não ter vivências relacionadas ao esporte e a prática de exercícios, contudo, nos parece que isso era relativizado, pela falta ou poucas exigências do contexto de atuação em relação ao ensino da Educação Física. Como se essa matéria pudesse ser ministrada sem acompanhamento pedagógico, apenas para cumprir sua obrigatoriedade assegurada na legislação.

Retomando o contexto normativo, cabe mencionar que a Constituição do Estado do Ceará de 1989, ratificou o que já vinha sendo mencionado nas legislações educacionais em relação ao ensino obrigatório da disciplina nas escolas cearenses, especificamente no § 2º do Art. 238, ressaltou que “o Poder Público reconhece a educação física como disciplina obrigatória no ensino público e privado (CEARÁ, 2000, p. 117)”.

Desse modo, percebemos que no texto constitucional de 1989, do estado cearense, ocorreu o reconhecimento do ensino obrigatório da Educação Física nas escolas públicas e particulares. Nesse cenário, notamos a obrigatoriedade dessa matéria fortalecida na escola, mas em termos de legislação não ocorreu maiores direcionamentos para seu ensino.

Cabe mencionar que nenhum dos docentes participantes desse estudo possuía uma formação superior específica na área, e, portanto, não tiveram acesso ao que estava se discutindo, na época, nas faculdades, centros universitários ou movimentos estudantis de Educação Física. Na verdade, os professores icoenses só possuíam a qualificação mínima permitida para atuar nas séries finais do 1º grau, que era a conclusão do 2º grau mais um ano de estudos adicionais.

Sem a formação específica na área, o profissional e sua instituição de ensino tinham que entrar, anualmente, com o processo de pedido de autorização temporária junto aos órgãos competentes. A autorização temporária foi uma espécie de recurso e/ou procedimento utilizado para autorizar um profissional não habilitado a lecionar, em caráter temporário e excepcional, uma ou mais matéria/disciplina, onde houvesse carência de professores com a devida

habilitação para atuação na Educação Básica nas redes de ensino. As autorizações temporárias tinham validade para atuação no período de um ano letivo, mas poderiam ser revogadas.

Assim, os professores não possuíam uma habilitação específica, estavam distante das discussões dos grandes centros acadêmicos e científicos da época, mas eram autorizados a ministrar a Educação Física e, de alguma forma, tinham que buscar mecanismos e/ou meios para se fundamentar e se preparar para trabalhar com essa matéria.

Nesse ensejo, a docente Sandra nos contou que nunca participou de nenhum curso ou minicurso relacionado ao ensino de Educação Física. Ela disse que, na época, contava com apoio de um colega com experiência no ensino dessa matéria, mencionando que “*não era nem tanto eu que me preparava, Paulo preparava tudo e já me entregava, ele chegava e dizia, pronto Sandra você faz assim, assim. Aí eu ficava com os meninos e fazia*” (SANDRA, 27/05/2022).

Algo similar ocorria com a professora Luísa, que ressaltou não ter conhecimento da existência de cursos de preparação para Educação Física na época, e, consequentemente, nunca fez nenhum. Ela nos revelou que pediu auxílio a uma prima que já tinha lecionado a Educação Física, apontando que “*na época em que fui, tinha uma prima minha que ela tinha uns conteúdos, e ela me repassou esses conteúdos, que eu lia, está entendendo? e dali eu tirava alguma ideia para ser aplicada*” (LUÍSA, 01/06/2022).

No caso da professora Gardênia, também não participou de nenhum curso específico na área e destacou que tinha o suporte de duas supervisoras escolares para ajudá-la no planejamento dessa matéria. Ela enfatizou que as supervisoras “*planejavam com a gente, e aí quando a gente não encontrava algumas coisas nos livros do que elas achavam que era para gente fazer com os alunos, aí elas mesmas já indicavam trabalhos*” (GARDÉNIA, 01/06/2022).

Nos relatos dessas professoras, percebemos que, no período que lecionaram a Educação Física, não se prepararam por meio da realização de cursos, não houve maiores empoderamentos de conhecimento da matéria por meio de leituras ou discussões científicas, restringindo-se a reproduzir atividades previamente definidas por outras pessoas de seu convívio familiar e/ou profissional.

Notamos uma situação, no mínimo, complexa, caracterizada por replicação de tarefas e afazeres determinados por outras pessoas que davam suporte, mas que também não tinham formação em nível superior na matéria, ou seja, embasadas em suas próprias experiências frente ao ensino da Educação Física. Assim, nos parece que havia uma reprodução mecanizada de práticas, sem nenhuma ou pouca reflexão ou contestação do que estava sendo feito ou realizado.

O docente Pedro falou que sua preparação para ministrar aulas de Educação Física foi oriunda da experiência como atleta de futebol de campo, também fazia pesquisas em revistas esportivas para seleção de conteúdos e, além disso, fez um curso de planejamento em ginástica escolar. Em relação a esse professor, percebemos que sua fundamentação baseava-se nas vivências na modalidade esportiva (futebol) e no desenvolvimento de consultas em revistas sobre esporte, além de participação em curso de conteúdo específico da área.

No caso do professor Paulo, a fundamentação para ministrar suas aulas de Educação Física se deu a partir da experiência adquirida no meio militar, do envolvimento na realização dos exercícios físicos do cotidiano e na participação das competições esportivas. Além disso, o referido docente ressaltou que fez alguns cursos na área esportiva, apontando que:

Eu fiz curso em Fortaleza pelo estado... eu fiz curso até com o pessoal da UNIFOR, fiz curso com Dimas que jogou no Fortaleza Esporte Clube, fiz curso com o Serginho que jogou no Botafogo do Rio de Janeiro e estava aqui treinando o Ceará, aí fiz curso junto com ele [...] pra poder melhorar o acervo para poder aplicar. Agregava todo curso, a gente voltava do curso com muito mais bagagem, era uma reciclagem (PAULO, 01/06/2022).

No relato do professor Paulo, percebemos uma forte preparação técnica para o ensino dos esportes na escola. A exaltação em nos contar que fez cursos com pessoas do meio profissional esportivo demonstra um trabalho com tendência de desenvolvimento de atividades para melhoria das habilidades atléticas do aluno. Assim, eram cursos com caráter de treinamento, para replicar e aperfeiçoar as práticas esportivas no meio escolar.

A ênfase na preparação técnica dos professores de Educação Física tinha um direcionamento maior para a prática de exercícios físicos de ginástica e também de atividades esportivas. Para Gomes (2021), na perspectiva tecnicista, a Educação Física se manteve conectada ao desenvolvimento de atividades ligadas aos métodos ginásticos, principalmente ao francês e alemão, além de priorizar as práticas esportivas no contexto escolar para a revelação de talentos no país.

O professor Fabrício relatou a dificuldade em encontrar materiais didáticos para ensinar Educação Física, na época. Ele nos contou que:

Durante os períodos iniciais, cada um tinha que se virar [...] em relação aos materiais era muito escasso até para você encontrar mesmo, eu lembro que tinha uma revista que aparecia de vez em quando, e eu costumava fazer pesquisa nela para pode comprar material... aí eu comprava material ali, a escola mesmo ela não fornecia (FABRÍCIO, 01/06/2022).

Além disso, o referido professor destacou que nunca participou de um curso de capacitação sobre o ensino de Educação Física, fundamentando-se em leituras de livros e assistindo fitas de *Video Home System* (VHS). Em seu relato, explanou:

Eu não participei de nenhum curso de capacitação, de orientação, de nada. Na realidade eu não tinha nem formação né, então o que eu aprendi era nos livros, e eu lembro que tinha uns VHS [...] e o seu Miguel Porfírios, que ele era um cara muito viajado e era uma pessoa com melhor condição financeira né, aí ele conseguia uns VHS e eu via treinos de futebol de salão, de vôlei, de rúgbi, um monte de outros esportes, que eu nem sabia que existia né, e aí eu pagava esses VHS com ele, então esse era o material que a gente tinha para adicionar o nosso conhecimento (FABRÍCIO, 01/06/2022)

Notamos, na fala do Fabrício, a leitura de livros como parte de sua preparação para ensinar a Educação Física. O professor nos revelou que fez uma aquisição de uma coleção de livros relacionados à área de Educação Física naquelas revistas de pedidos que circulava antigamente, e esse material chegou pelos correios.

De acordo com Fabrício, esses livros estavam relacionados ao ensino de esportes e orientações para realização de exercícios físicos, e que, com o tempo, alguns desapareceram e outros foram doados, contudo, ainda conseguiu encontrar dois livros que utilizava na época, um denominado “Ginástica, Esporte, Jogos para escolares” e outro “Guia de esportes: os regulamentos completos”.

Os dois livros utilizados pelo professor Fabrício, para fundamentação de suas aulas, são obras que priorizam o desenvolvimento, principalmente, de atividades esportivas, com caráter descritivo e prescritivo. Notamos, ainda, que foram livros oriundos de outros países e traduzidos para o português para utilização dos profissionais da área de Educação Física.

De certo modo, isso coaduna com Daólio (1998, p.44), quando ressalta que as poucas publicações existentes sobre a Educação Física, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, davam ênfase ao desenvolvimento das técnicas e táticas das modalidades esportivas, “[...] aos tratados de fisiologia esportiva e manuais de preparação física”.

Diante do exposto, percebemos que, a obrigatoriedade da Educação Física determinada pela legislação, num contexto cearense caracterizado pela pouca oferta de cursos superiores de Educação Física, sobretudo no interior do estado, trouxe diversas implicações que permearam o ingresso à docência na disciplina, a preparação para aulas, dentre outros.

5. Considerações finais

No período de 1980 a 1996, ainda estavam em vigência muitos atos normativos promulgados em anos anteriores (LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, Lei nº 9.636, de 31 de outubro de 1972), que buscaram tornar a prática da Educação Física obrigatória em todas as escolas cearenses (icoenses), mesmo sem as condições favoráveis, dentre estas, as dificuldades de uma formação específica na área, sobretudo pela baixa oferta de cursos superior de Educação Física na época, e as poucas universidades que ofertavam, se encontravam distante de Icó.

Cabe destacar que, pelo Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, a Educação Física foi concebida como uma “atividade curricular”, repassando a ideia de que para ensinar a referida disciplina não eram exigidas grandes preparações, necessitando apenas de profissionais que pudessem replicar tarefas esportivas e exercícios físicos.

Devido à carência de profissionais formados em curso superior na área, a maioria dos professores lotados em Educação Física nas escolas icoenses tinha apenas a formação mínima exigida (4º pedagógico) na legislação, se utilizando anualmente, da autorização temporária concedida pelos órgãos responsáveis, sendo lotados profissionais com perfil de militares e/ou esportistas, ou simplesmente docentes para complementação de carga horária, sem uma identificação com o ensino dessa matéria.

Sem uma formação específica na área, no processo de preparação para ministrar as aulas de Educação Física, percebemos que a maioria, se embasava na bagagem de vivências e experiências com exercícios físicos e esportivos, sendo destacado, ainda, a participação em cursos, leituras de livros e suporte de colegas de profissão e de alguns familiares.

Por fim, destacamos que, a obrigatoriedade da prática de Educação Física assegurada por força da normatização, esteve condicionada a realidade das escolas icoenses, sendo influenciada pelas trajetórias e experiências dos sujeitos para condução das aulas. Assim, refletir sobre o percurso histórico da Educação Física nas várias realidades brasileiras, é um exercício complexo, diante das singularidades locais. É necessário não apenas que a Educação Física esteja presente na escola pelos ditames legais, mas de fato, que seja garantido o mínimo de condições (materiais, espaços, formação, etc.) para que seu ensino possa se concretizar com qualidade.

Referências bibliográficas

- BERNARDI, A. P. **A formação continuada na trajetória profissional de professores de Educação Física.** 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2008.
- BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social.** 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.
- CASTELLANI FILHO, L. Às voltas com o futuro: minhas incursões na educação física escolar. **Unisul**, Tubarão, v.14, n. 25, p. 19-51, Jan/Jul 2020.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. 18. ed. Campinas: Papirus, 2010.
- DAÓLIO, J. **Educação Física brasileira:** Autores e atores da década de 1980. Campinas: Papirus, 1998.
- GOMES, D. **Educação Física Escolar no Brasil:** aspectos históricos e científicos, políticas educacionais e concepções de ex-alunos (1960-2010). 2021. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2021.
- LIMA, P. R. de. **A história da Educação Física no município de Icó-CE:** (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983). 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2019.
- LOPES, E. M. S. T.; GALVÃO, A. M. de O. **Território Plural:** a pesquisa em história da Educação. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- LOPES, R. E. **Formação e prática da enfermeira cearense:** implicações e consequências da implantação da Lei nº 775 de 1949. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2017.
- LUCENA, R. de F. **Quando a lei é a regra:** um estudo da legislação da Educação Física escolar brasileira. Vitória: Universidade do Espírito Santo, 1994.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. 2. ed., 4^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- PAIVA, F. S. L. de. Notas para pensar a Educação Física a partir do conceito de campo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 51-82, jul./dez. 2004.
- PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.
- PONTES, J. A. de M. **Da suficiência à graduação:** percursos da formação da educação física no Ceará -1950 a 1970. 2013. 155 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2013.
- ROCHA, A. M. **O passado da Educação Física Escolar em Fortaleza-CE (1865-1930).** Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- ROCHA, A. M.; BEZERRA, J. A. B. De Juazeiro do Norte aos estudos na capital cearense: a trajetória de D. Valba Gondim em ser professora de educação física na primeira Escola Normal

Rural do Brasil no período de 1950-1970. In: **IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia, 2006.

ROCHA, A. M.; SOUSA, M. L. de; ALVES, B. P. Dos instrutores-militares à licenciatura de Educação Física na URCA: percursos históricos dos saberes no Cariri cearense. In: ROCHA, A. M.; ISIDORO, N. J. X. (org). **Textos e imagens da educação física no Cariri**. Fortaleza: Imprece, 2014. p. 57-70.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013.

SOUZA, S. T. B. de. **História da Educação Física no ensino superior no Ceará (de 1965 a 1976)**: implicações dessa trajetória. 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2022.

Fontes Documentais

BRASIL. **Decreto Federal nº 69.450, de 01 de novembro de 1971**. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Brasília/DF, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. **II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975/1979)**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1961.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF, 1971.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do estado do Ceará. **Constituição do Estado do Ceará**. Fortaleza: Editora INESP, 2000.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do estado do Ceará. **Lei nº 9636, de 31 de outubro de 1972**. Dispõe sobre o sistema de ensino do estado do Ceará. Fortaleza, 1972.

Fontes Orais

FABRÍCIO. **Entrevista concedida a Paulo Rogério de Lima**, Icó/CE, 01 jun. 2022.

GARDÊNIA. **Entrevista concedida a Paulo Rogério de Lima**, Icó/CE, 01 jun. 2022.

LUÍSA. **Entrevista concedida a Paulo Rogério de Lima**, Icó/CE, 01 jun. 2022.

PAULO. **Entrevista concedida a Paulo Rogério de Lima**, Icó/CE, 01 jun. 2022.

PEDRO. **Entrevista concedida a Paulo Rogério de Lima**, Icó/CE, 27 maio 2022.

SANDRA. **Entrevista concedida a Paulo Rogério de Lima**, Icó/CE, 27 maio 2022.